

ESTADO DE MATO GROSSO



DIÁRIO OFICIAL

SUPLEMENTO MENSAL

administração: governo *Wilmar Peres de Farias*

ANO I — CUIABÁ —

QUINTA FEIRA, 31 DE JULHO DE 1.986. —

Nº 1

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO — Alfredo da Mota Menezes. página 2.
- CASSIO VEIGA DE SA, IN MEMORIAM — Maria de Arruda Muller, página 2.
- DOCUMENTOS HISTÓRICOS SERÃO MICROFILMADOS, página 3.
- MÁRIO CORREIA NO FOGO CRUZADO DE "A REACÇÃO" — Antonio Ernani Pedroso Calháo. página 4.
- INTERESSE POR BIBLIOGRAFIA MATO-GROSSENSE, página 4.
- O PIONEIRO DO RÁDIO-AMADORISMO EM MATO GROSSO — Luis Philippe Pereira Leite. página 5.
- MATO GROSSO: NEGRO FORRO & SOCIEDADE ESCRAVOCRATA — Edvaldo de Assis, página 6.
- ONDE ESTÁ O TUMULO DO MARECHAL RONDON? — Leonidas Querubin Avelino, página 7.
- SANGUE ÍNDIGENA: SEIVA DA TERRA — Elizabeth Madureira Siqueira, páginas 8 e 9.
- A EXPANSÃO URBANA DE CUIABÁ — Pedro Rocha Jucá, página 10.
- NDIHR ORGANIZA UM GUIA DE FONTES PARA CUIABÁ — Otávio Canavarros, página 11.
- O CASO MARIA EUGÊNIA — Carlos Rosa. páginas 12 e 13.
- HISTORIA DE VIDA COMO FONTE DE PESQUISA — Martha Arruda, página 14.
- NDIHR: O ACERVO DO PROJETO DOCUMENTOS IBÉRICOS — Ana Mesquita Martins de Paiva, página 15.

APRESENTAÇÃO

Alfredo da Mota Menezes

Encontrar espaço para publicações não é uma tarefa fácil em nosso Estado. Nós, do Núcleo de Documentação e In formação Histórica Regional, fizemos tentativas aqui e ali. Infrutíferas porém. Depois de uma sugestão do Jucá, fomos à Imprensa Oficial do Estado propor a publicação de um suplemento ao Diário Oficial. Para espanto nosso, desde o início tivemos boa receptividade. Depois de algumas consultas, o atual Diretor aceitou a proposta e nos deu luz verde para iniciarmos os trabalhos.

A idéia é termos, uma vez por mes, um suplemento inicial de 12 páginas, sobre os mais diversos assuntos. O enfoque principal, sem dúvida, será o histórico, porém estaremos abertos para as mais diversas áreas do conhecimento. Pessoas, como exemplo, interessadas em escrever sobre literatura, o linguajar e modo de vida da cuiabani a ou outra região, assuntos sociológicos ou antropológicos, análise de um evento e muitos outros encontrarão espaço nestas páginas. A proposta é de abertura total à participação de quantos queiram e tenham algo a dar.

Depois de discussões, ficou entendido, no entanto, que o assunto deve ser redigido em linguagem de fácil comunicação. Queremos fugir um pouco do academicismo para, quem sabe, atingirmos um maior número de pessoas. A linguagem que se recomenda, como experiência interessante, será a jornalística. Escrever coisa séria não precisa, muitas vezes, da linguagem dita acadêmica. Este é um ponto que procuraremos manter.

E aí, se a proposta é de abertura total, já, de início, estamos fechando portas? O artigo acadêmico poderia ser publicado? Sim, em principio sim. Ocorre que fica difícil escrever um assunto com certa profundidade de análises e interpretações em 3, 4 ou 5 páginas. Tal a dificuldade. Dificuldade, mas não impedimento, pois reservaremos a página dupla central para artigos que exijam maior reflexão.

Precisaremos, em média, de 12 artigos mensalmente. Alguém logo achou que não teremos, em todos os meses, o número de artigos necessários. Outros, por sua vez, viram dificuldades apenas para o início das publicações e que logo teríamos "fila de espera", com excesso de artigos reservados para o número seguinte. A segunda hipótese é a que nos satisfaz mais. Esperamos sinceramente que esta nossa tentativa em se criar espaços seja entendida dentro e fora da Universidade e que o nosso esforço não se perca.

Seria ruim constatarmos que a produção intelectual na região é pequena, está estagnada ou não existe. Ou que as pessoas pensem, escrevam e guardem - para que e para quem? - o produto do seu trabalho intelectual. Sabemos disso logo.

O suplemento terá em torno de 5 mil números mensais e deve, seguindo a distribuição do Diário Oficial, atingir todo o Estado. Da mais simples secretaria de uma escola do interior ao Gabinete do Governador. Portanto, temos, desde o início, um público enorme e garantido. O duro, também, é saber se este público se satisfará com o tipo de trabalho e proposta que ora iniciamos. Também isto não demoraremos a saber, pois abrimos, desde já, uma seção de cartas, endereçadas ao NDIHR para críticas, comentários e sugestões.

A nossa atual proposta de trabalho pode com o tempo ser alterada ou adaptada. Ninguém aqui se propõe a ser o dono da verdade. Acreditamos na sabedoria do coletivo sobre o individual e estamos abertos às sugestões inteligentes.

CÁSSIO VEIGA DE SÁ (IN MEMORIAM)

Maria de Arruda Muller

Ainda muito moço, já professor, livre docente da Escola Politecnica do Rio de Janeiro, onde se formara, o jovem engenheiro estava fadado a contribuir com o seu talento e proficiência à grande obra do soerguimento de Cuiabá, a cidade que ele amou profundamente. Tanto que, do Rio, sua cidade natal, transferiu, definitivamente sua residência, para as plagas da "Cidade Verde", que tem para com a sua memória uma dívida de gratidão. Discípulo distinto de Agache e de Le Corbusier, transplantou sua arte, seus conhecimentos, seu tirocínio, para a "urbs" sonolenta e calma da Cuiabá dos anos trinta. As obras que ele executou aí estão desafiando as intempéries, o desenrolar dos anos, emocionando as gerações que vão se sucedendo, admiradores do artista consumado da engenharia arquitetônica.

Seu livro "MEMÓRIAS DE UM CUIABANO HONORÁRIO", interessante e verídico, traça com firmeza o retrato de uma "época controvertida, para muitos, anatematizada, como simplesmente "a época da ditadura". Esse livro é o repositório de todo o trabalho executado em Cuiabá pela

Conclui na página 11

SUPLEMENTO MENSAL

EXPEDIENTE

GOVERNO:

WILMAR PERES DE FARIAS

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO:

NEY ABBADIA DE OLIVEIRA

DIRETOR GERAL DA IOMAT:

ANANIAS VIEIRA DA SILVA

DIAGRAMADORES:

CELMO MOLINA

VALDECIR BACANI

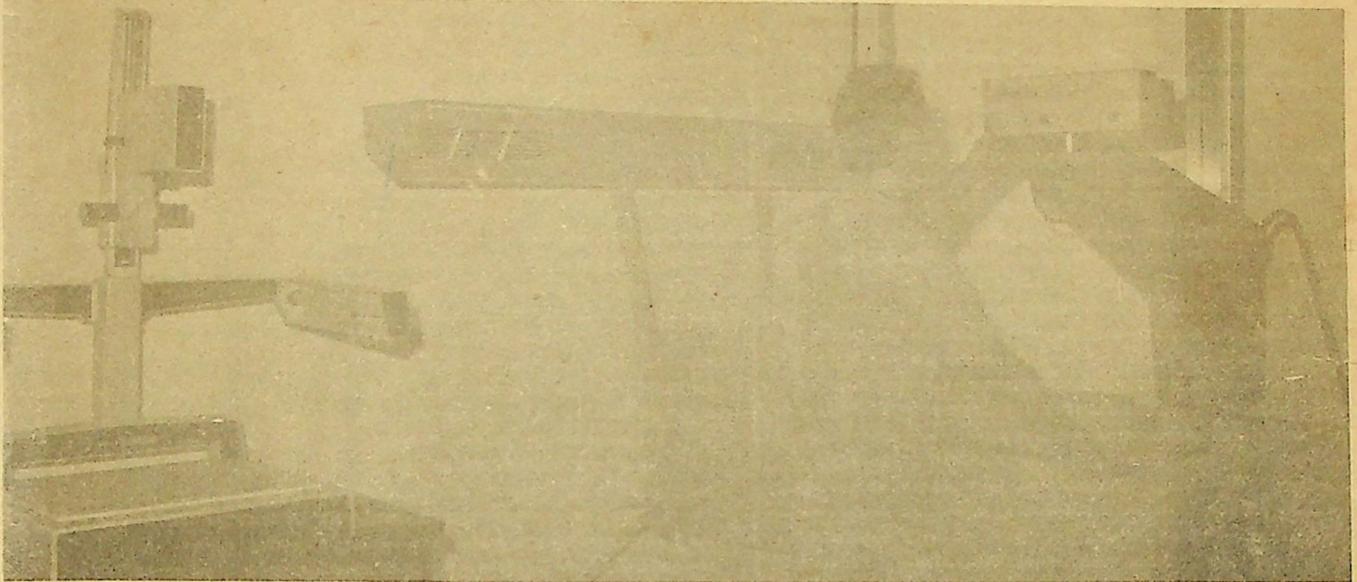
IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua 13 de Junho n.º 431 Fone: 321-4613

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional,
NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do
Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 361-2211
(Ramal 170).

DOCUMENTOS HISTÓRICOS SERÃO MICROFILMADOS



Parte do laboratório de processamento de micro-filmagem, com as duas planetárias.

(Foto UFMT - ASCOM)

A Universidade Federal de Mato Grosso está equipada para microfilmar todos os documentos históricos mato-grossenses. Para tanto, através de convênio com o Ministério da Fazenda e com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e com recursos próprios, adquiriu uma moderna unidade de microfilmagem. Trata-se de um investimento, a preços atuais, da ordem de três milhões de cruzados. Esta unidade permite, diariamente, o registro fotográfico miniaturizado de tres mil documentos, em horário normal de trabalho. O fotograma obtido com este equipamento é de ótima qualidade, permitindo o armazenamento em reduzido espaço físico, com durabilidade indefinida, em condições adequadas, pesquisa rápida e fácil, através de leitoras, e uma eficiente recuperação da informação registrada. De simples manuseio, possibilitando o seu acesso até para leigos, as sete leitoras adquiridas já estão sendo utilizadas pelos alunos do curso de História e por pesquisadores. A unidade de microfilmagem da UFMT, vale destacar, é a melhor equipada existente em Mato Grosso.

VÁRIOS PROJETOS

Com a sua ampla capacidade operacional, esta unidade foi instalada no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR, podendo atender a todos os projetos da UFMT e também da comunidade não universitária. O NDIHR é um órgão destinado à produção histórica e ao seu armazenamento, mas tem condições de microfilmar até documentos não pertencentes à UFMT e isto fará sem objetivo de lucro e sim visando gerar mais recursos para novos projetos. Além disto, o NDIHR usará este eficiente meio de armazenagem de conhecimentos para garantir a perpetuação da rica documentação histórica de Mato Grosso. Com o Ministério da Fazenda já foi firmado um convênio operacional para a preservação de documentos desde o pe-

ríodo colonial. Um outro convênio, o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, permitirá a memória da imprensa mato-grossense desde o período imperial. Nesta linha de trabalho, o NDIHR está também empenhado no armazenamento de documentos microfilmados sobre a História de Mato Grosso, com destaque para os chamados "documentos ibéricos", já parcialmente processados e ao alcance dos alunos de História da UFMT e dos pesquisadores em geral. Vários outros projetos continuam em execução dentro do NDIHR, devendo ser microfilmados na época oportuna.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

No momento, o projeto mais importante, pelo volume de documentação existente, é o relacionado com o Ministério da Fazenda. Ele compreende a restauração, catalogação e microfilmagem do acervo documental produzido pelos órgãos fazendários, ou a eles encaminhados, em Mato Grosso, desde o período colonial, precisamente desde 1746, até a década de 1970. Esta documentação vem sendo usada e solicitada com grande frequência por pesquisadores e demais interessados, de várias partes do Brasil, notadamente pelos descendentes dos participantes da Guerra do Paraguai, que necessitam de comprovação para efeito de benefícios previdenciários. A História de Mato Grosso, em particular a relacionada com atividades econômicas, está fartamente documentada, sendo, talvez, a mais rica à disposição dos pesquisadores. Quase toda manuscrita, esta documentação se torna mais valiosa ainda quando se encontram assinaturas, de próprio punho, de importantes figuras da história mato-grossense. Para se ter uma idéia do volume do acervo relativo ao projeto do Ministério da Fazenda, basta dizer que ele ocupa uma área estimada em 360 metros lineares.

MÁRIO CORREA NO FOGO CRUZADO DE "A REACÇÃO"

Antônio Ernani Pedroso Calhão

Para a reconstituição da História Política de Mato Grosso, a imprensa periódica se revela uma das mais indispensáveis fontes. Caracterizá-la em suas diferentes etapas constitui-se trabalho dos mais complexos já que seus primórdios encontram no início do século XIX. Entretanto, um ponto parece nítido em sua performance: A trajetória político-partidária do Império à República, vivida e sentida pelos diferentes grupos, está marcadamente narrada pelos traços indelévels dos jornais e revistas.

Há poucos dias quando ouvia o depoimento da minha avó Aline Figueiredo Calhão, ao Jornal "A Tribuna Cuiabana", impressionou-me a emoção vivida pela depoente sobre a tentativa de empastelamento do jornal A REACÇÃO. Embora conhecesse superficialmente o fato, fui rebuscar no acervo de microfílmis um pouco da ação política desenvolvida por este jornal.

Na cronologia de nossa imprensa, com este título encontramos a A REACÇÃO, Órgão da Liga dos Livres Pensadores e, por último, A REACÇÃO, Órgão Independente.

Fundado a 9 de junho de 1928 por ULYSSES CALHÃO, traz em seu editorial os fundamentos de seu aparecimento por motivos de ordem político-administrativa destinado à "... combater a administração despótica e escravizada e a defesa das liberdades individuais implantadas pelo governo do Sr. Dr. Mário Corrêa".

Na sucessão política Mário Correa, empossado em 22 de janeiro de 1926, sucedeu ao Dr. Estevão Alves Correa e, preocupado em desestabilizar sua administração, o então Presidente do Estado determinou ao Diretor do Tesouro Jayme Pitiluga a divulgação das contas do governo anterior com "dados inexactos e excesso de despesas". Ulysses na época era Escrivão do Tesouro e ligado ao grupo político do Dr. Estevão, fez um levantamento no Balanço do Estado e emite um parecer desmentindo os dados divulgados e então se levanta, através da imprensa, uma luta política que culmina com o término do mandato do Presidente Corrêa em 23 de março de 1930.

Na ocasião circulavam, além de A REACÇÃO, os jornais "O MATO GROSSO" de propriedade do Sr. Emílio Calhão (pai de Ulysses), A Penna Evangélica, A Cruz e o periódico de nomeação "O Democrata". Como forma de sustentação política do governo, "O DEMOCRATA" começou a responder aos artigos de A REACÇÃO e o debate se travava com a troca de inflamadas ataques.

Na réplica ao "DEMO", denominação dada pela A REACÇÃO ao O DEMOCRATA, publica:

"Está em festa a Pecuária
Pela merecida promoção
Da "Pecuária" a jornalística
Já sentindo o demoração
A nossa penna ingrata
Promoveu-nos o marreco".

Com uma linguagem direta e muito incisiva, entre as principais manchetes lê-se a violenta campanha movida contra o governo:

- O criminoso despreso do governo do Estado pela saúde pública;
- Director do Thesouro do Estado fornece dados inexactos para "Mensagens e outros officiaes";
- Mário Correa desorientado pela atitude de "A Reacção" desatrella sua matilha na "A Semana";
- Quem não te conhece que te compre;
- Marioladas chocantes;
- Regenerador pelo avesso;
- A falta d'água;
- Scena deshumana
- Scena selvagem e requinte de perversidade;
- Triste sina destes ignôbels;
- Afrontando a civilização;
- Abutres e tantos outros

A trova, forma muito usada na crítica política da imprensa da época, trazia no seu bojo um gosto satírico sem desprezar os mais rígidos preceitos gramaticais. Como o Dr. Mário andava sempre de terno branco e preocupado com a escassez de recursos para a administração pública, mereceu da A REACÇÃO mais uma destas observações:

Conclui na página 16

INTERESSE POR BIBLIOGRAFIA MATOGROSSENSE

INTERESSE POR BIBLIOGRAFIA MATO-GROSSENSE

A representação no Brasil da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte selecionou para aquisição dois livros editados pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT - D. Antônio Rolim de Moura (Biografia) e A Expedição Langsdorff em Mato Grosso (Desenhos e Pinturas Inéditos há Mais de 150 Anos), ambos de autoria do Pesquisador Carlos Francisco Moura. A biografia é a primeira que se publica do primeiro Governador e Capitão-General de Mato Grosso, que foi também Governador da Bahia e Vice-Rei do Brasil. O segundo trabalho publica documentos iconográficos produzidos por membros da Expedição enviada ao Brasil pelo Tzar Alexandre I na terceira década do século XIX e que por mais de um século permaneceram ignorados nos porões da antiga Academia de São Petersburgo (atual Leníngrado).

O PIONEIRO DO RÁDIO-AMADORISMO EM MATO GROSSO

O autor deste artigo é o historiador Luis-Philippe Pereira Leite (uma das maiores expressões da cultura mato-grossense). Ele é o atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pertence à Academia Mato-grossense de Letras. No último dia 23 de abril, ele foi recepcionado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde tomou posse depois de uma eleição disputada por representantes de vários Estados. O dr. Luis-Philippe Pereira Leite é o terceiro mato-grossense a pertencer a uma entidade cultural a nível nacional. Antes dele apenas Dom Aquino Corrêa, que pertenceu à Academia Brasileira de Letras, e o historiador Virgílio Corrêa Filho, que chegou a ocupar a primeira-secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A publicação deste artigo é uma homenagem do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional ao dr. Luis-Philippe Pereira Leite, um dos mais consagrados homens de letras de Mato Grosso.

O nosso distinto co-estaduano Deodato Gomes Monteiro é, sem favor algum, o pioneiro do rádio amadorismo em Mato Grosso. Filho do saudoso casal Almerinda - João Gomes Monteiro, todos nós nos acostumamos a admirar a sua simplicidade e a sua solicitude. Fácil, por isso, com seguir dele os pontos essenciais para uma pequena introdução ao rádio-amadorismo em Cuiabá. Em 1924, ele teve o primeiro contato a respeito com o colega Victor Starwias, no internato do Colégio Batista, no Rio de Janeiro. Nos dias de folga, ficavam os dois entretidos montando e desmontando pequenos rádios de galena e elétricos. E ele, com grande curiosidade, perdia horas de descanso nesse novo "hobby". Regressando a Cuiabá, após o seu casamento, foi residir em 1928 à Rua 13 de Junho, época essa em que a comunicação nesta Capital era feita apenas por telegrafia Morse, sendo que o aparelho de radio-telegrafia existente nos Correios de Cuiabá estava inoperante por falta de rádio-operador. Entrando em entendimento com o telegrafista Antonio Lacerda, Deodato Monteiro obteve a orientação necessária e iniciou-se assim no serviço de radio-telegrafia em Cuiabá. Por exigência da época, construiu várias estações receptoras e transmissoras de rádio, destinadas ao 169 Batalhão de Caçadores, à Polícia Militar do Estado e ao Palácio Alencastro, então sede do governo mato-grossense. Na Interventoria do Bacharel Júlio Strubing Muller, Deodato Monteiro adaptou um modulador que transmitia música e voz, sendo captado em outros Municípios do Estado. Isto deu origem à fundação, em 18 de fevereiro de 1934, da Radio Sociedade de Cuiabá, ficando a sua primeira diretoria assim constituída: presidente, o desembargador José Barnabé de Mesquita; vice-presidente, o dr. João Ponce de Arruda, e secretários os srs. Philogônio Paula Corrêa e Manoel Miraglia. A ocorrência foi bastante divulgada pela imprensa local, quando o "CONSTITUCIONAL" e a "FOLHA DO NORTE" salientaram a

importância da irradiação registrada no dia 18 de março de 1934, feita na onda de 32 metros, sendo ouvida, satisfatoriamente, pelos poucos aparelhos receptores existentes então em Cuiabá. O mesmo sucedeu em outros Municípios do Estado, dos quais chegaram cumprimentos e congratulações pelo bom volume da audição. Nessa transmissão, fruto da Radio Sociedade de Cuiabá, revelaram-se alguns talentos da época, inclusive a voz belíssima do dr. Aurelino Pinto Botelho, anunciado como o "Gastão Formenti de Cuiabá" e algumas exímias pianistas, como Rosália Silva, Ada de Mattos, o violonista Eucário de Figueiredo e outros.

Foi também divulgado em um dos jornais do Estado o seguinte tópico: "A lembrança da fundação da Rádio Sociedade de Cuiabá partiu do jovem e talentoso cuiabano sr. Deodato Gomes Monteiro, amor do "sem fio", um dos pioneiros do rádio em Cuiabá, construindo ele próprio diversos aparelhos receptores com admirável habilidade, os quais prestaram relevantes serviços em 1930, pondo a população verdadeiramente ao par dos fatos políticos que antecederam à vitória da revolução. É de inteira justiça, pois, que se lhe faça este registro".

Rubens de Mendonça, a respeito dos acontecimentos de 1930, em um dos seus livros, disse que Deodato Gomes Monteiro foi apelidado de "O Boateiro" por ocasião do levante do dr. Getúlio Vargas, no Governo de Washington Luiz, pelo seguinte episódio: Possuidor do único rádio desta Capital, estava sempre atento ao movimento revolucionário, captando o desenrolar dos acontecimentos e ficando ciente do rumo da revolução. Saiu à janela de sua residência, já na Rua Cândido Mariano, declarando, em altas vozes, a notícia da deposição do governo e a implantação de uma junta militar de altas patentes, composta de Isaías de Noronha, Tasso Fragosso e Mena Baretto. O alarme de Deodato Monteiro chegou aos ouvidos do então presidente do Estado, dr. Aníbal Toledo, motivando a sua imediata prisão na residência palaciana. Acontece, porém, que pelas onze horas da noite chegou ao conhecimento do dr. Aníbal Toledo, através de um telegrama, a comunicação do fato, sendo, por esse motivo, Deodato Monteiro imediatamente solto e felicitado pelos presentes, inclusive pelo próprio presidente do Estado e pelo coronel Sebastião Rabelo Leite, nomeado para substituir o então governante mato-grossense.

Da mesma maneira, ele atuou captando notícias e imprimindo boletins na Revolução de 1932. A Polícia do Estado, para coibir essa desobediência, iniciou uma operação de apreensão de rádios existentes em Cuiabá, na época aproximadamente seis, incluindo entre eles o do próprio Deodato Monteiro. Este não se deu por vencido e montou no dia seguinte outro rádio, conseguindo driblar a fiscalização policial, ocultando-o em um urinol com tampa, debaixo da cama. Apesar de revelar aos policiais o local onde escondeu o rádio, eles não acreditaram e nem tentaram a busca.

Em 1935, foi criada a Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão, mais conhecida pela sigla LABRE, órgão oficial da classe, tendo Deodato Monteiro requerido a sua inscrição com o prefixo PY-9-AF, como o primeiro rádio-a-

MATO GROSSO: NEGRO FORRO & SOCIEDADE ESCRAVOCRATA

Edvaldo de Assis *

A introdução do negro africano em Mato Grosso ocorreu com a necessidade gerada pela mineração a partir de 1719, quando a bandeira de Pascoal Moreira Cabral descobriu o ouro no Coxipô-Mirim.

O ouro, metal cobiçado na Europa, despertou o sonho de muitos aventureiros que se deslocaram para Mato Grosso atraídos pelo novo achado. Assim, em 1722 a população negra em Mato Grosso era numericamente significante ao ponto de construir uma capelinha em homenagem a São Benedito.

Nas monções fluviais e terrestres vieram os negros africanos nas condições de escravos ou forros para o trabalho nas lavras, os trabalhos domésticos, como negros de ganho, e para desempenharem os ofícios mecânicos de carpinteiros, pedreiros, ferreiros, seleiros e outros.

Outro papel desempenhado pelos negros foram como militares, embora com a discriminação que era feita pelos dominantes, estabelecendo a proibição da incorporação do negro na Companhia de Dragões, somente dando acesso a esta corporação os teinóis ou brancos nascidos no Brasil, constituindo um regimento de elite. O negro forro teve acesso a Companhia de Pedestres e houve corporações somente para negros ou para mulatos como foi o caso da Companhia de Ordenanças dos Homens Pardos.

A mão-de-obra negra empregada nas lavras foi intinerante, locomovendo-se nos momentos de novos achados. Somente a agricultura de subsistência, a cana-de-açúcar e as atividades urbanas (ofícios mecânicos, negros de ganho e domésticos) fixaram a mão-de-obra em Mato Grosso.

A sociedade escravocrata se caracterizou pela relação de produção onde o senhor (proprietários de terras e escravos) e os despossuídos de tais bens, que trabalhavam para o primeiro. Em regra normal, o segmento negro estava na categoria de despossuídos, embora surgissem alguns negros forros possuidores de bens (1 ou 2 escravos e de pequenas propriedades).

A nossa abordagem se prende à situação do negro forro na sociedade escravocrata mato-grossense, a partir do referencial de documentos existentes no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT), e da obra do viajante Hércules Florence: "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas", onde há uma referência sobre um negro forro no conjunto de proprietários de escravos.

A sociedade escravocrata diferenciava o negro escravo do forro, sendo que o primeiro era mão-de-obra que trabalhava sobre as ordens de seu senhor, enquanto o negro forro ou livre, trabalhava para o seu sustento e da sua família. As medidas repressivas eram tomadas pela classe dominante que tinha o controle social, atingindo a categoria étnica negra, não ficando imune o forro. Apenas sua condição de livre não lhe daria a liberdade como qualquer outro cidadão.

O preconceito racial estava implícito em qualquer procedimento político-jurídico tomado pela sociedade es

cravocrata, destacando na legislação o escravo e o homem livre. Ora, quem seria o homem livre na sociedade? Os despossuídos que eram a maioria negra na população.

A alforria era condição de "liberdade" dada ao negro escravo para que ele pudesse ter a mínima condição para participar na sociedade. Condições estas como o trabalho assalariado, possuir bens e ter acesso, pelo menos, nas corporações militares.

Em Mato Grosso vamos encontrar o negro forro detentor de alguns bens (escravo e pequena propriedade) adquirindo capital através da agricultura de subsistência ou de criatórios de suínos, como foi o caso de Catarina Maria de Jesus, preta forra, que criava porcos fornecendo toucinho, ao armazém do Forte do Príncipe da Beira.

Pesquisando alguns autos de execução, encontramos a referência aos pretos forros "Domingos Martins, Bernardo Veiga e Cipriano José, que tiveram seus bens penhorados por serem devedores de dívidas. O primeiro devedor de captação e os últimos de dízimos. Na documentação não foram mencionados os bens que os citados pretos possuíam, mas, provavelmente, seriam casa, gado vacum, ou pequena posse de terra.

No conjunto de proprietários de escravos encontramos duas referências a negros forros; a primeira num requerimento onde diz: "José, escravo de Francisco da Silva, que sua mulher, Maria Correa, preta forra, comprou a escrava Joaquina, em Cuiabá, por libra e meia de ouro, pagando no início da compra a quantia de meia libra, ficando devendo uma libra". A segunda referência a negro forro como proprietário de escravos trabalhadores em lavras é encontrada na obra do viajante Florence.

A grande maioria de negros forros vivia do trabalho nos engenhos, nos criatórios, nos transportes de mercadorias no Porto Geral, de seus ofícios de pedreiros, carpinteiros, seleiros e outros. As mulheres forras podiam ser encontradas como vendedoras de iguarias nas cidades respeitando as determinações exigidas pelos códigos de posturas, como exemplo, a hora em que as vendedoras deviam estar na rua. Os negros forros passaram a ser trabalhadores no extrativismo, como mão-de-obra assalariada.

Como mão-de-obra o negro forro teve importante papel no processo produtivo em Mato Grosso, sobretudo quando as atividades extrativistas vegetais foram a base da economia local. Esse tipo de trabalho tornava impossível contar com o escravo, visto que não se teria o controle do trabalhador. O extrativismo vegetal em Mato Grosso, baseado na seringa, desenvolveu na parte norte e na região de Diamantino. Na região do Baixo Paraguai a mão-de-obra era empregada na poala e na região que hoje compreende o Estado de Mato Grosso do Sul, o negro forro era mão-de-obra no extrativismo da erva-mate. Nos campos de criatórios de gado vacum ou cavalariço, o escravo tinha tarefa reduzida, ficando a maior parte dos trabalhos a cargo do negro forro, como também foi ser mão-de-obra explorada nas saladeiras.

Analisando o negro forro no contexto sócio-cultural podemos dizer que sua presença no seio da cultura mato-

ONDE ESTÁ O TÚMULO DO MARECHAL RONDON?

Prof. Dr. Leônidas Querubim Avelino

No dia 9 de setembro de 1911, em seu número 171, na página 3, o jornal O COMMERCIO, editado em Cuiabá, publicava a seguinte nota:

"CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, não tendo podido gozar a satisfação de despedir-se, pessoalmente, da maior parte das pessoas das quaes tinha o dever de fazê-lo, vem implorar-lhes que lhe deem com as suas orações no Sertão do Noroeste, um testemunho de lhe terem perdoado esta sua falta muito involuntária.

Cuyabá, 23 de Gutenberg de 123, 4 de Setembro de 1911".

"No Sertão do Noroeste" ... Impressionante! Rondon estava de partida para Jurueua, a serviço da implantação da linha telegráfica para o Acre. Tempos depois, implantada já a rede do telégrafo, Rondon haveria de telegrafar ao então "Presidente da Província", dizendo que o vale do Jurueua haveria de ser o celeiro "deste futuro Estado de Mato Grosso" e predizendo que o picadão do telégrafo seria um dia o traçado da "Rodovia do Acre". Se já como for, naquela época, e por muito tempo, o endereço de Rondon era "o Sertão do Noroeste".

E hoje, qual é o endereço de Rondon? Ou, em outras palavras, onde se encontra o túmulo de Rondon? Nem todos, talvez até muito poucos saibam. Alguns haveriam de sugerir Mimoso, cidade natal de Rondon. A grande maioria diria desconhecer. Pelo que me consta, a mim humílimo "pau rodado" e com a única pretensão de ser admirador e amante da terra e da gente de Rondon ..., pelo que me consta Rondon está sepultado no Cemitério S. João Batista, no Rio de Janeiro. Lá devem os restos mortais do Marechal estar honorificamente guardados e cercados do carinho dos seus nobilíssimos descendentes, um dos quais foi até meu professor, o Reverendo Padre Jesuíta Emanuel Candido Rondon do Amarante, parece-me que o primeiro neto de Rondon, conforme consta em sua autobiografia.

Lá, no Rio de Janeiro, estão os restos mortais do Marechal, circundados quiçá de toda a glória devida ao Patrono Mundial das Comunicações e a uma das maiores figuras de cidadão brasileiro com que, através dos tempos, Mato Grosso tem enriquecido a vida nacional. Não é pois isto que afirmo. Não digo que Rondon lá está duplamente sepultado, porque sepultado em terra longínqua e estranha. Não digo que seu mausoléu não seja meta de contínuas rodadas de homenagem a um homem de todo em todo singular em suas idéias de gênio e em seus feitos de herói. Levanto apenas a pergunta: não teriam os restos de Rondon um direito, não estariam estas cinzas tacitamente reclamando por um pedaço de solo matogrossense, terra de seus laços e visões de futuro, para que aqui descansem envol-

vidas na memória carinhosa de seus conterrâneos? E principalmente, para que aqui, como destino e meta de caravanas cívicas, mantenham vivo e luminoso ante nossos olhos o perfil de Rondon?

Conforme reconhecia já Ramalho Ortigão, os monumentos aos grandes homens fazem parte do ambiente educativo das novas gerações. A honra prestada aos grandes vultos da vida nacional propõe um exemplo aos jovens e a estimula emulação. E que dizer? Quão precisada está nossa pátria e o mundo de pessoas como o Marechal Rondon?

Passo a sugerir explicitamente o que já está emergindo do que escrevi: por que não se erige um monumento ao Marechal Rondon na localidade da ampla área da Grande Cuiabá? Por que razão em Cuiabá? Porque aqui se encontra na verdade o grande centro de toda a vasta região rondoniana. Aqui, perto de Mimoso, e perto igualmente do que ele mesmo chamou de "sertão do Noroeste"; aqui, centro nevrálgico deste novo Brasil que é o Brasil da Amazônia, a memória, a imagem, o exemplo de Rondon terão uma divulgação, uma glória que nenhum outro centro poderá dar.

Poder-se-ia, portanto, levantar um mausoléu monumental e honorífico ao Marechal Rondon, na área da Grande Cuiabá. Onde precisamente? O lugar mais belo, mais significativo, mais predestinado a contemplar a marcha de um progresso acelerado neste final de século é o TREVO DO LAGARTO.

O Trevo do Lagarto marca o final da Perimetral Sul, o início da Rodovia Marechal Rondon para a Rondonia, o início da rodovia para as novas glebas e colonizações. Daí Rondon começou a jornada para o Sertão do Noroeste.

Não quero terminar sem dizer algumas palavras sobre o Trevo do Lagarto e a Perimetral Sul. O Trevo do Lagarto é, sem dúvida, dos lugares mais lindos na Grande Cuiabá. A elevação do local propicia uma visão panorâmica desde as montanhas da Chapada até a morraria de Cáceres. É deslumbrante o espetáculo de planícies e vales a perder de vista. O colorido é maravilhoso. O trevo termina a Perimetral. Esta é, sem hesitação, a obra viária deste final de século nesta região. Depois do viaduto sobre o Rio Paranã, nenhuma tem sua envergadura na rodovia que vem de S. Paulo. A Perimetral Sul determina um triângulo fantástico. Este triângulo vai ser a revelação no urbanismo e desenvolvimento neste final de século, para Cuiabá, Várzea Grande e mesmo Santo Antônio do Leverger. A Perimetral revela uma região lindíssima de cerrados e beira-rio, ocupada por chácaras de frondosas mangueiras, terrenos elevados e vales de fantástico valor para loteamentos. Neste triângulo, determinado pela Perimetral Sul, surgirá vasta cidade nova, de indizível beleza e valor. O monumento a Rondon, no Trevo do Lagarto, seria o ponto alto, a culminância, a coroa de tudo isto. Nenhum lugar mais apropriado para o monumental mausoléu de um homem que fundamentou com trabalho pioneiro e previu, com visão de gênio, o progresso desta região. Fica a idéia para quem quiser e puder.

SANGUE INDÍGENA : SEIVA DA TERRA

Elizabeth Madureira Siqueira

O Índio representa um segmento relegado a segundo plano na História do Brasil. Preocupados em estudar e entender o mundo capitalista, os autores privilegiam em suas abordagens temáticas o branco, os negros escravos ou libertos e depois os trabalhadores assalariados. As contribuições e os avanços interpretativos nesse campo, em muito enriqueceram nosso arsenal histórico. O Índio, no entanto, foi esquecido pela História do Brasil e, sempre que abordado, era tratado de forma estanque dos demais segmentos. Hoje, quando se avolumam os conhecimentos, através dos meios de comunicação, dos conflitos indígenas, a Nação brasileira está totalmente desprovida de um aparato histórico/científico que dê conta do entendimento e da dimensão da totalidade do problema indígena.

Num primeiro momento da historiografia o Índio era visto como um mal porque representava um entrave ao processo de ocupação e colonização lusitana. Sua utilização como mão-de-obra contrariava as pretensões da política colonial portuguesa, baseada no modelo agro-exportador e fundamentado sobre o trabalho escravo africano.

Posteriormente, por ocasião da afirmação do Estado Nacional, o Índio é tido como herói, uma vez que representava a base ancestral do povo brasileiro. Tais trabalhos se propõem a estudar o Índio por si só, isolado e marginal a toda e qualquer formação social.

Assim o Índio não tem lugar na História do Brasil, onde são privilegiados outros personagens e quando se avulta o problema do Índio, se o faz como se ele representasse a parte pitoresca do episódio narrado.

Se a proposta atual de se estudar História corresponde a se dar conta da totalidade social, o Índio, como componente real e efetivo da nossa História, não pode ser tratado apenas ao nível do folclórico.

Dessa forma, quando surge algum "problema" com os Índios, as soluções para ele são encontradas casuisticamente pois não se têm uma política nacional clara com relação à questão e nem se poderia tê-la, uma vez que cada caso é tratado separadamente, de acordo com interesses múltiplos e desvinculado de um aparato histórico que possa dar-lhe segurança a nível político.

Desconsiderar hoje, nas análises com relação ao Índio, significa omitir-se com relação à participação nacional a qual refletem, de forma clara, as condições dessa mesma sociedade e que devem ser, obrigatoriamente, objeto de reflexão e, substancialmente de AÇÃO EFETIVA. A maneira como o Índio foi e é tratado em nossa sociedade, a violência utilizada em seu massacre, os crimes cometidos para garantia de seu extermínio e as corrupções exercitadas em seu nome, colocam a Nação brasileira aberta à impunidade e permissividade, evidenciando claramente um DESRESPEITO AOS MAIS ELEMENTARES PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS.

O drama indígena não o é por si só, representa um DRAMA NACIONAL e evidencia a necessidade de que a socie-

dade civil conheça, incorpore e avalie as questões indígenas, como questões nacionais, que dizem respeito a todo o povo brasileiro. Nesse momento em que se conclamam os diferentes segmentos da sociedade a se pronunciarem por ocasião da CONSTITUINTE, o Índio, como elemento constitutivo da sociedade brasileira deverá, através de sua própria voz, traçar os parâmetros que poderão nortear sua vida na Carta Magna de nossa sociedade.

TRABALHO INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO NA NAÇÃO BRASILEIRA

Quando os portugueses chegaram ao Brasil (1500) encontraram um continente habitado por uma extensa população, a qual eles intitularam de INDIOS. A fase exploratória teve como base o trabalho indígena na construção de habitações, embarcações e na derrubada de matas. Com a introdução da cana-de-açúcar os colonos utilizaram, mesclada à mão-de-obra africana, o Índio. Quando se comprovou a alta produtividade das terras nordestinas, o massapé, Portugal implantou de vez o modelo agro-exportador, fundamentado no latifúndio, na mão-de-obra escrava africana e na grande produção para exportação. Nesse tripé a Coroa auferia lucros substanciais, seja no tráfico de africano, seja na venda do açúcar na Europa.

Esse momento coincide com o crescendo das atividades dos bandeirantes (SP) de caça ao Índio. Qual o destino da mão-de-obra indígena, tão loucamente cobiçada pelos paulistas? Ela estaria direcionada para subsidiar outras atividades produtivas que não a do açúcar. Eram as chamadas atividades do sertão: criação de gado, plantação de algodão, de fumo, atividades de coleta da erva-mate, da borraça e das chamadas "drogas do sertão". Foi nesse momento de entradas e bandeiras que Cuiabá entra para a História do Brasil, seja pela grande quantidade de Índios existentes na região, seja por terem os ditos bandeirantes encontrado ouro. É a partir daí que os Índios firmam sua presença e que mais contribuições nos fornecem, pois, para se atingir Cuiabá, o roteiro se processava, quase que tão somente através de rios. Assim, todo o imenso SABER INDÍGENA é apropriado avidamente pelo bandeirante. Diziam os paulistas (séc. XVIII) em carta ao Rei de Portugal:

"... sem a gente parda não se pode fazer os descobrimentos do ouro por ser só ela a que sabe talhar o sertão e navegar os rios livrando dos perigos que neles se encontram, por causa das muitas cachoeiras e os mais que encontram as navegações, sendo a dita gente parda a que SUSTENTA os sertanistas assim pelos rios como por terra, pelo LARGO CONHECIMENTO que tem de tudo que possa servir de alimento ..." (Mfich 15/Arq. Hist. Ultramarino - Cx2-nº 750 - anexo 5 Apud NDIHR/UFMT). Além de deter estes conhecimentos valiosos, os Índios ainda poderiam "farejar" outras tribos e até facilitar a aproximação com elas, simplificando o trabalho do bandeirante.

A Metrópole interessava retirar da colônia Brasil matérias primas, produtos industrializados (açúcar) e, fun-

Conclui na página seguinte

damentalmente, metais preciosos os quais representavam uma mercadoria de valor permanente, nada sofrendo com a possível oscilação do mercado europeu. Como era a atividade bandeirante baseada na mão-de-obra indígena e, podendo ela proporcionar a descoberta do ouro, a Metrópole manteve, durante todo período colonial, uma legislação contraditória com relação ao tratamento do índio. Exemplo disso é o Aylará de 17/10/1653 o qual determinava a escravização indígena nos seguintes casos:

- prisão ocorrida em "guerra justa";
- não defesa das vidas e fazendas dos vassallos da Coroa;
- ajuda aos inimigos do Reino;
- saltar ou praticar latrocínios;
- faltar ao cumprimento das obrigações que lhes foram impostas;
- não obediência quando chamados aos serviços reais ou para pelear contra os inimigos;
- prática da antropofagia, em relação aos súditos portugueses;
- estar preso à corda para ser comido ou já ser escravo no próprio melo.

Este tipo de legislação foi corrente durante todo período colonial. Na aparência ela proibia a escravização indígena, porém na essência ela o permitia, isso porque a coroa interessava contentar os múltiplos interesses gestados na colônia, os quais poderiam propiciar uma acumulação de riquezas para ela.

Com a transferência da Corte para o Brasil (1808) a política adotada pelo príncipe regente D. João caracterizou-se pela mesma força e violência utilizadas no período colonial, pois três Cartas Régias, expedidas entre 1808/1809 decretavam, novamente, a volta da "guerra justa", o que representou uma demarcação na condução do processo político com relação aos indígenas.

Pós-independência, José Bonifácio, representante do então grupo LIBERAL, apresenta nos "Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Brasil" princípios de uma política-base para o então recente Estado Nacional, no tratamento da questão indígena. Estes princípios foram rejeitados pela Assembléia Constituinte (1824) a qual, através do "Ato Adicional" à Constituição do Império, tratou da questão recomendando a criação de estabelecimentos para catequização dos índios e a autorização da venda de capuchinhos para o auxílio desta tarefa.

No segundo império, cada Província ficou responsável, através de um Diretor, pelo tratamento das questões relativas aos índios, em seu perímetro geográfico. Assim de acordo com a Diretoria, cada Estado desempenharia um tipo de política indigenista. Isso serviu para sectarizar a questão e agravar os diferentes procedimentos com relação à uma problemática, a qual, deveria ser NACIONAL em seu procedimento.

Dessa forma, fica clara a importância do índio como sustentáculo de trabalho, ativo ou em reserva para a Nação brasileira. Se até 1850 a RENDA estava capitalizada no escravo (negro ou índio) a partir daí, com a LEI DE TERRAS, esta mesma renda se transfere do SER para a TERRA. Nesse momento histórico, o ponto de luta também transfere seu eixo de interesses e de visões do problema. Toda uma série de discursos e legislação são elaborados para justificar essa importante questão. Nesse momento se torna evidente a discriminação dos índios no tratamento de questões nacionais, pois as terras por eles habitadas NÃO lhes pertenciam, mas sim à NAÇÃO, podendo os mesmos apenas delas usufruir, pelo tempo em que as mesmas não

viesses a se tornar de INTERESSE NACIONAL. Esta justificativa está calcada numa série de preconceitos de raízes coloniais, quando os índios são considerados "povos vagabundos", "sem lei", "sem costumes", naturalmente "preguiçosos", "incapazes" e "ingênuos". Essa ideologia imperante até hoje conduziu a um "APARTEID" entre a civilização dos brancos e a dos índios, fazendo com que eles fossem tratados à margem e nunca podendo estar dentro do processo histórico nacional. Até hoje os índios são tutelados pela FUNAI, pois, apesar de serem considerados cidadãos brasileiros, não podem, legalmente, responder por seus atos, a não ser os já considerados integrados.

O PIONEIRO DO RÁDIO----

Conclusão da página 5

mador mato-grossense, abrindo desta maneira, na distante Cuiabá, a comunicação com o resto do mundo. Como rádio-amador, Deodato Monteiro montou ele mesmo o seu equipamento de transmissão e recepção, com o qual se comunicou com rádio-amadores dos cinco continentes. Muitas vezes, punha-se em comunicação com outros colegas, fazendo contatos com doentes distantes, levando a tranquilidade a amigos, parentes e a todos que necessitavam de notícias, transmitindo, por seu lado, notícias diversas para os que se encontravam distantes. Citam-se, entre outras, algumas transmissões que foram de primordial importância, tais como o caso do incêndio no circo de Niterói, como também o incêndio na Casa de Espetáculos em Campinas. Trabalhou várias horas, por diversos dias, comunicando-se com essas cidades, para receber notícias de parentes e amigos, prováveis vítimas desses lamentáveis acidentes, que repercutiram no Brasil inteiro.

O seu trabalho de radio-amadorismo tanto representava na época um marco pioneiro nesse setor que o então ministro da Agricultura, Fernando Costa, em sua visita a Cuiabá, esteve por várias vezes na residência de Deodato Monteiro para entrar em contato com a sua família. O mesmo acontecia com o então governador Fernando Correa da Costa, que também se comunicava com os seus familiares em Campo Grande, chegando até a falar com a sua filha, que então residia em Londres.

Seria exaustivo assinalar, com a carência de recursos, principalmente de medicamentos, a importância desses contatos de Deodato Monteiro com outras cidades brasileiras e até mesmo do exterior, para conseguir socorros urgentes a muitos doentes que puderam ser salvos graças ao providencial trabalho do radio-amadorismo nesta Capital. Entusiasmado com a grandiosidade desse fato, o sr. Raymundo Bastos, aproximadamente em meados de 1937, recebeu os seus ensinamentos, montou o seu aparelho e requereu à LABRE a sua inscrição. Um pouco antes, em julho de 1936, Deodato Monteiro montou para o professor Jericy Jacob o seu primeiro transmissor, em ondas curtas, que mais tarde passou a se denominar "A Voz do Oeste". Eles se tornaram radio-amadores eficientes e úteis ao nosso meio social. Atualmente, Deodato Gomes Monteiro é o presidente do Conselho de Rádio-Amadores de Mato Grosso e membro do Conselho Nacional de Rádio-Amadores..

VISITE O NUCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.

A EXPANSÃO URBANA DE CUIABÁ

Pedro Rocha Jucá

Arraial, na fase colonial, correspondia a um acampamento militar, reunindo certas características civis quando as "Bandeiras" se evoluíam para a fase de ocupação e permitiam a vinda de não-bandeirantes. O estágio seguinte era o de vila. O arraial não era fixo. A vila, sim, apresentava características de formação habitacional permanente. Até chegar à condição de vila real, Cuiabá, na sua fase de implantação, teve tres arraiais. Era o "Ciclo das Monções", provocado por Antonio Pires de Campos, que descobriu Cuiabá "por 1716 ou pouco antes", conforme citação de Washington Luis, quando buscava a sonhada "O fir dos Martírios". Se lá não chegou, Antônio Pires de Campos, no seu regresso, ao se encontrar com Pascoal Moreira Cabral, delineou os caminhos por água e por terra até ao Arraial de São Gonçalo, na foz do Rio Coxipô da Ponte, lado esquerdo, onde até hoje existe o já agora Bairro de São Gonçalo. Do Arraial de São Gonçalo, Pascoal Moreira Cabral subiu o Rio Coxipô da Ponte, indo além do Rio Coxipô-Mirim, em busca de Aripoconés, para apresamento. Sendo derrotado pelos Índios, Pascoal Moreira Cabral foi vitorioso em outro objetivo: descobriu ouro abundante nas margens do Rio Coxipô-Mirim e ali instalou o Arraial de Forquilha, em 1720, dois anos depois de ter ocupado o Arraial de São Gonçalo. O terceiro e último arraial foi instalado em torno da atual Igreja do Rosário, na Lavra-do-Sutil, onde um escravo de Miguel Sutil, que fazia parte da "Bandeira" de Pascoal Moreira Cabral, descobriu a maior mancha de ouro do Brasil-Colônia. Segundo Washington Luis, "A futura cidade de Cuiabá tinha ido por tentativas, como se apalpassem o terreno, estabelecendo-se, então, definitivamente". Na verdade, aí surgiu o grande polo irradiador da expansão urbana de Cuiabá. Como se a chava distante das margens do Rio Cuiabá, o primeiro perímetro urbano da Vila Real teve que se projetar em direção do Porto, um povoado ribeirinho inicial que hoje se multiplicou em bairros. A etapa seguinte foi a do Rio-Abaixo, com uma ocupação mais de características rurais até o início da fase republicana e de aspectos urbanos a partir das primeiras décadas do Século XX. A partir de 1960 tudo indicava que a expansão urbana de Cuiabá seria no sentido Rio-Acima, em busca da região da Guia, já com os fortes antecedentes do avanço até ao conhecido e histórico Lava-pês. Um fato novo surgiu em 1975, quando a instalação do Governo de Mato Grosso no Centro Político e Administrativo, mais conhecido por CPA, se transformou em realidade. Surgiu, então, um novo e vigoroso direcionamento na expansão urbana de Cuiabá, deixando para uma próxima oportunidade o crescimento da Capital Mato-grossense em direção do seu Distrito da Guia. Mesmo assim, pode-se dizer que Cuiabá cresce em todas as direções, em índices de 14 a 16% ao ano.

Com esta ampla história, com estes crescentes índices, Cuiabá vive hoje um acelerado processo de desenvolvimento sócio-econômico, mais tímido a partir de 1960 e mais vigoroso a partir de 1970, chegando a 1980 com uma total transformação no seu aspecto urbanístico, sem es-

cas e sociais. Este fabuloso processo de desenvolvimento sócio-econômico tende a continuar, sem limite de tempo, e cada vez mais acelerado. A atual geração sente o impacto dessas transformações, mas é necessário que se guarde para as gerações futuras os melhores subsídios a fim de que se analise e se entenda corretamente este progresso da Capital Mato-grossense. Não houve apenas a influência da fundação de Brasília a 21 de abril de 1960. É verdade que o fato de Cuiabá ser a terceira Capital brasileira, depois de Goiânia e Belo Horizonte, mais próxima do Distrito Federal, influenciou muito, mas não foi tudo. Cuiabá, conforme Joseph Barbosa de Sá, já nasceu crescendo. Frito do "Ciclo das Monções", o povoamento da Capital mato-grossense deveria obedecer ao ritmo normal dos outros arraiais da época. Do apresamento do Índio, muda-se repentinamente para a farta exploração do ouro, possibilitando o desmembramento da Capitania de Mato Grosso da Capitania de São Paulo, dado que mereceu destaque, em 1748, cerca de 30 depois da chegada dos primeiros bandeirantes. Além da riqueza material, Cuiabá conheceu muito cedo a riqueza espiritual, através das artes. O historiador Carlos Francisco Moura, em seu livro "O Teatro em Mato Grosso no Século XVIII", afirmou: "O cronista José Barbosa de Sá, "o pai da história mato-grossense", informa que em 1729, por ocasião da trasladação da imagem do Bom Jesus, do sítio de Camapuã para Cuiabá, realizaram-se festejos, durante os quais foram representadas duas comédias. No arraial pioneiro, elevado a vila apenas dois anos antes, já se documentavam representações teatrais, vinte e dois anos antes da instalação da capitania. Enquanto isso, outras vilas e cidades brasileiras, na época com perto de dois séculos de existência, teriam que esperar ainda muito tempo para possuir vida teatral". A descoberta do ouro fez de Cuiabá a Capital temporária da Capitania de São Paulo apenas sete anos depois da sua fundação. Cumprindo determinações da Corte, o capitão-general Rodrigo César de Menezes chegou a Cuiabá no dia 15 de novembro de 1726 e aqui permaneceu até o início de 1728, quando o período das águas facilitou o seu regresso. Durante a sua permanência, Cuiabá foi elevada à Vila Real, honra de poucas cidades brasileiras de então, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no dia primeiro de janeiro de 1727. Inexplicavelmente, mesmo com o interesse estratégico da época, o governo português tirou de Cuiabá, com a assinatura da Carta Régia de 9 de maio de 1748, quando criou a Capitania de Mato Grosso, a condição natural de sede do novo governo regional. Quando o capitão-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho assumiu o governo da Capitania em Cuiabá, no dia 6 de janeiro de 1819, os rumos da história trouxeram para as margens dos rios Cuiabá e Coxipô a justa condição de Capital, o que somente se tornaria legal pela Lei nº 19, de 28 de agosto de 1835. O período imperial teve momentos de maior ou menor importância na nova Capital da Província de Mato Grosso, mas não se pode esquecer que Cuiabá garantiu a integridade do território nacional ao retomar Corumbá no dia 13 de junho de 1867, numa das fases mais dramáticas da Guerra do Paraguai.

NDIHR ORGANIZA UM GUIA DE FONTES PARA CUIABÁ

Otávio Canavarros

Poucas capitais brasileiras possuem um instrumento de pesquisa tão valioso como o Guia de Fontes Históricas. Basta dizer que o Rio de Janeiro só veio a contar com o seu "Guia Preliminar de Fontes para a História do Brasil" agora, recentemente, em 1979, elaborado pelo CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. A equipe de pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT vem realizando trabalho de prospecção dos arquivos públicos de Cuiabá. O objetivo é fazer um diagnóstico do estado desses acervos (federais, estaduais e municipais) para organizar o Guia de Fontes Documentais de Cuiabá. A importância do Guia para os historiadores e patrimonialistas culturais, em geral, não é preciso ressaltar. As pesquisas de História Regional terão nesse meio de busca um indicador seguro e objetivo de materiais disponíveis, textuais ou especiais, primários manuscritos ou iconográficos. Os práticos da arquivística verão suas fadigas mais recompensadas e, principalmente, o ofício valorizado. Só percorrendo os arquivos é que temos a noção de sua desvalorização. Há arquivos com cobras e lagartos, além de pó e fungos!

Para o diagnóstico, aplicamos um questionário a trinta e oito instituições federais, na verdade, trinta e sete, pois uma delas, a VASP, é estatal paulista. Estamos trabalhando esses dados. Podemos, no entanto, adiantar que a implantação dos arquivos federais permanentes em Cuiabá é relativamente recente. Têm dezito anos, como média. Mais da metade já eliminou documentos, sem listas ou tabelas de temporalidades. Acervos já foram transferidos para fora do Estado de Mato Grosso. No entanto, o trabalho de organização dessa documentação começa a se concretizar. O acervo público federal encontra-se, de modo geral, em bom estado e as condições dos depósitos melhoram. A consciência de que a informação é um bem público de valor social inestimável começa a se generalizar.

Como parte da elaboração desse guia, já está concluída a relação dos Arquivos Públicos Federais em Cuiabá, conforme relação abaixo:

1. Delegacia Regional do Ministério da Educação
2. Delegacia Regional do Ministério do Trabalho
3. Delegacia Federal de Agricultura
4. Delegacia do Ministério da Fazenda
5. Delegacia Federal de Saúde
6. Delegacia da Receita Federal
7. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - D.N.E.R.
8. Departamento Nacional de Produção Mineral - D.N.P.M.
9. Departamento de Aviação Civil - D.A.C.
10. Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social - I.A.P.A.S.
11. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - I.N.C.R.A.
12. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - I.B.D.F.
13. Instituto do Açúcar e do Alcool - I.A.A.
14. Tribunal Regional Eleitoral - T.R.E.
15. Tribunal de Juízo Federal
16. Tribunal de Contas da União - T.C.U.
17. Escola Técnica Federal de Mato Grosso
18. Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá
19. Conselho Regional do Petróleo - C.N.P.
20. Fundação Educar - MOBRAF
21. Fundação Nacional de Assistência ao Índio -

- F.U.N.A.I.
22. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - F.I.B.G.E.
23. Fundação de Serviços de Saúde Pública
24. Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - S.U.C.A.M.
25. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - S.U.D.A.M.
26. Superintendência Nacional de Abastecimento - S.U.N.A.B.
27. Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste - S.U.D.E.C.O.
28. Superintendência do Desenvolvimento da Hévea - SUDHEVEA
29. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - E.B.C.T.
30. Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aéreo-Portuária-Infraero
31. Caixa Econômica Federal
32. Banco do Brasil
33. Banco da Amazônia - BASA
34. Viação Aérea São Paulo - VASP
35. Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL
36. Cartório da 1ª Zona Eleitoral
37. Sistema Nacional de Empregos - SINE
38. Capitania dos Portos de Mato Grosso,

firma Coimbra Bueno. Rico de informações, com digressões históricas deste "hinterland" até hoje ignorado na sua potencialidade, delicioso na crônica sobre o desenvolvimento e execução das obras; a engenhosidade, com que ele e os seus auxiliares procuraram contornar os obstáculos - numa época de várias dificuldades, avultando a matéria prima e a mão-de-obra especializada; a manifestação do carinho e admiração pelo operariado cuiabano e o que veio contratado de S. Paulo e Rio de Janeiro; e prodigiosa memorização de vivência entre colegas, companheiros de hotel e de "república". Tudo nesse livro transpira afeição, veracidade. Valioso documentário da vida cuiabana, no pré e pós-guerra; da ação e coragem dos homens que dirigiram o Estado e a Capital! Mato Grosso, imenso, carente de recursos, assoberbado de dívidas - grandes para aquela época, se exauria paulatinamente.

E, o Cássio, cuiabanizando-se, possuído de calor humano, lançou ancoras, na terra adotiva. A insidiosa enfermidade ocular, levou-o irremissivelmente à cegueira - e, ele tornou-se maior ante à adversidade. Não fraquejou e, na sua mesa de trabalho, assessorado pela engenheira amiga que com ele colaborava, lá estava pontificando, ditando, derimindo dúvidas... Numa sala, no Edifício Maria Joaquina, cedida gratuitamente pelo proprietário, Sr. Filogônio Ribeiro, trabalhava ininterruptamente, até que a debilidade, a fraqueza, motivadas pelas dificuldades financeiras, o prostraram num leito de hospital. Levado por sua filha Elisa Adélia, seguiu para o Rio de Janeiro onde sucumbiu, antes de completar 55 anos de idade. No pórtico do seu livro consignou esta expressão de alma ferida: "Felizes aqueles que, perdendo a visão, choram por não mais verem as belezas deste mundo, mas sorriem por não verem as grandes misérias que nos cercam".

O CASO MARIA EUGENIA

Carlos Alberto Rosa

Em inícios de 1778, a negra crioula e forra Maria Eugênia de Jesus, presa na cadeia de Cuiabá por difamação, era caracterizada pelas autoridades como "grande revoltosa e péssima de língua", um "monstro". Mesmo presa, continuava a fazer "ofensas máximas a muitas Senhoras na sua honra", particularmente às esposas do Mestre de Campo e do Sargento Mor.

Esse tipo de prática, difamatória, infamatória, não era incomum na sociedade colonial matogrossense. Há registros dela, trazidos à formalidade dos documentos, contra autoridades. Nesses registros predominam, porém, as difamações anônimas, veiculadas socialmente por escrito, através de "pasquins" ou "bilhetes" manuscritos, por vezes sob a forma poética e até com "retratos" caricaturais. Geralmente afixados em algum estratégico lugar público, esses textos impunham-se como "revelações" de atos corruptos, vícios, comportamentos sexuais, das autoridades que eram objeto de sua incômoda atenção. Independentemente de sua "veracidade", esses textos visavam constituir-se como expressão de saberes apropriados aos representantes do poder oficial, fragmentos de uma "realidade" que esses representantes precisavam ocultar para impor sua superioridade, para legitimá-la socialmente. Armas aguçadas, afiadas, cortantes, esses textos manifestam uma luta permanente. Mas por serem escritos, por vezes com refinamento, tendem a apontar para uma luta situada nos limites do âmbito letrado, lugar da minoria dominante, numa sociedade majoritariamente analfabeta. O caso de Maria Eugênia abre outras perspectivas para o dimensionamento desse tipo de luta. Analfabeta, Maria Eugênia não produzia textos, mas falava perigosamente, ameaçadoramente, publicamente: "péssima de língua". Aqueles saberes contundentes, portanto, não seriam monopólio de letrados, mas talvez ao contrário, mesmo quando veiculados por escrito, poderiam ser oriundos da grande planície iletrada.

Tomando por objeto de sua "maldicência e imposturas, em matéria de alta consideração", as esposas de poderosos, inclusive militares, a prática de Maria Eugênia ameaçava, no limite, a própria imagem social de autoridade. A significação social de sua prática ultrapassava, por isso, os limites da ofensa individual, ganhando substância "política", tornando sua autora uma "grande revoltosa". O perigo representado pela difamadora era universalizado, estendido a todo o corpo social. Segundo as autoridades, era preciso expulsar Maria Eugênia da Capitania, para o "bem da República":

"(...) por nenhum princípio haja de ficar nem tornar a entrar nesta Capitania, para sossego de todos estes moradores".

Uma das autoridades denunciadoras do perigo representado por Maria Eugênia, o Vigário de Cuiabá, acrescentou à prática de difamação a de feitiçaria. Sua denúncia é curta, basicamente "descreve" as práticas e os instrumentos utilizados.

As práticas:

"(...) usava de certas feitiçarias, diabruras ou embustiárias, ainda na prisão em que se acha e que as praticava com um preto forro por nome Manoel, que todas as noites ia falar àquela (...) esses malefícios os guardava ela com muito desvelo debaixo de uma pedra na mesma prisão; e que até os requerimentos ou cartas que fazia a V.Exa. eram pulverizados com essas embustiárias e pasados por certas fumaças".

Os instrumentos:

"(...) dois embrulhos, um com todos os seus bonecos e várias ridiculárias, cabelos, raízes, búzios, cordinhas e outras coisas que não conheci; e o outro sem mais que algumas sementes e ciscarias (...)"

Como descritas pelo Vigário, as práticas de Maria Eugênia manifestavam três aspectos frisados pelo denunciante: ocorriam dentro da cadeia de Cuiabá, numa afronta ao próprio espaço onde o poder deveria imperar obscenamente claro, absoluto; não eram práticas solitárias; revelavam a intenção de envolver "S.Exa.", ou seja, o próprio Capitão General Luis de Albuquerque. (Este último aspecto é também revelador da desconfiança que os iletrados mantinham para com a escrita: Maria Eugênia não deixava de "pulverizar" e passar "por certas fumaças" mesmo os requerimentos feitos em seu nome e certamente em sua defesa. Confronto de saberes). A feitiçaria de Maria Eugênia deslizava, assim, também para um nível laico, civil, "político".

Já os instrumentos utilizados pela "feitiçeira" são organizados, na descrição do Vigário, em função dos significados a que poderiam ser remetidos. A descrição engendra uma ordem sequencial, talvez derivada da "leitura" que o Vigário fez dos instrumentos: os "bonecos" vêm em primeiro lugar, destacados, distintos, identificados em sua significação com certa familiaridade; a seguir são colocadas as "ridiculárias", cuja importância fica diluída pela nomeação adjetiva e pela diversidade ("cabelos, raízes, búzios, cordinhas"); depois, aqueles instrumentos suspeitos de remeter a referentes quaisquer, mas que são desconhecidos pelo denunciante: as "coisas que não conheci"; por fim aqueles aparentemente sem significado presumível, meras "sementes e ciscarias". Nessa ordem classificatória fica evidente a condição lacunar do conhecimento que lhe serve de base: as "coisas que não conheci" poderiam ser mais "importantes" que os "bonecos", e as "sementes e ciscarias" poderiam estar prenhes de significados.

Mas o caráter lacunar de seu "conhecimento" aparentemente não preocupava o denunciante. Os instrumentos identificados em sua "significação", o "desvelo" com que Maria Eugênia guardava seus "malefícios", seus atos de pulverizar e defumar, - aí estavam sinais suficientes.

Em outros casos de feitiçaria registrados, esse ti

Conclui na página seguinte

po de identificação sumária era frequente. Os instrumentos utilizados, por exemplo, eram tidos como indicadores seguros, que "falavam" sobre o sentido de seu uso: "raízes", "bichinhos", "orações", "contas", "ervas", "certos pês", "lenço de tabaco encarnado", "panelinhas", "cabeça de cobra", "insetos", "cabeça de sapo" - todo um universo de estilhaços comuns da realidade trivial ganhava conotações terríficas. Outros indicadores, como comportamentos dos agentes no decorrer de suas práticas, seus gestos, atos, eram parcamente registrados: predominam indicações do ato de enterrar os instrumentos, raras vezes ocorrendo descrições mais extensas, como é o caso da prática curativa do escravo Domingos, o Muxiba:

"(...) uso de umas raízes e um frango e ali entrou a fazer vários embustes, até que apareceu com um manejo de cabelos que talvez fingiu tirar da enferma (...)"

Mais frequente era a identificação feita por meio da descrição dos resultados da prática condenada: o "feitiçeiro" Antônio Mina:

"(...) danificara a outro escravo (...) o qual ficara enfermo, deitando pela boca carvão, agulhas e outras imundícies (...)"

A extrema escassez, a forma quase cifrada que marca essas caracterizações, provavelmente resultava de uma posse da verdade sobre "feitiçarias", o que tornava desnecessário estender-se sobre suas manifestações. A bibliografia jurídica e teológica, de origem européia, sobre o assunto, era desde o século XVI extensa. Dispunha-se, portanto, no século XVIII, de um trabalho classificatório acumulado secularmente, razoavelmente difundido, a ponto de permear inclusive aqueles segmentos sociais que não estavam ligados nem ao Direito, nem à Teologia. A rigor, esses trabalhos tratavam particularmente de manifestações européias de "feitiçaria", sendo poucos os que tomavam as práticas ameríndias similares por objeto. E quanto às práticas africanas, o desinteresse era pouco menos que absoluto. Certamente o caráter lacunar da denúncia do Vigário de Cuiabá sobre a "feitiçaria" de Maria Eugênia decorria dessas limitações do conhecimento disponível. Mas reconhecer esse caráter lacunar seria também reconhecer especificidades em índios e negros, dar-lhes substância sócio-cultural, reconhecer nesse outro também o poder de criar saberes. E isso era extremamente raro, re-duzindo-se, quando ocorria, ao reconhecimento de "saberes naturais", obtidos quase que por osmose, dada a extrema proximidade entre esses seres "inferiores" e a própria natureza. Incidentalmente, porém, mesmo aí transparece o confronto, resultante da ação de sujeitos antagonistas. Autoridades de Cuiabá, pretendendo fazer avançar as práticas medicinais, fundando-se na "Filosofia Newtoniana", lamentavam-se do caráter pouco cooperativo dos indígenas, que silenciavam sobre as

"(...) ervas medicinais de que usam, pois os conhecimentos dos seus efeitos nos ocultam aos Portugueses os Gentios, tenazes do segredo e avaros dos Bens que lhes concede a natureza".

É possível que o reconhecimento do poder de índios, negros, mestiços e brancos pauperizados, de criar saberes, fosse mais difundido do que parece. Ao nível formal, porém, esse reconhecimento é sistematicamente silenciado. Mesmo no caso de saberes "sobrenaturais", é possível supor que tal reconhecimento acontecia: o próprio Capitão General Luís de Albuquerque era solicitado a "discorrer" sobre profecias "dadas ao soldado do Jauru por um

velho incógnito". A regra, entretanto, era remeter a origem desses saberes ao transcendente, ao universal e permanentemente combate entre Deus e suas criaturas e o Diabo e seus agentes. E particularmente no caso de índios e negros, se não eram por natureza agentes demoníacos, eram suficientemente "inferiores" e "fracos" para tornarem-se fáceis instrumentos do "comum inimigo do gentio humano". O cronista oficial Joaquim da Costa Siqueira, por exemplo, que registrou o caso Maria Eugênia (embora silenciando sobre o aspecto da difamação), afirmou claramente sua "instrumentalização" demoníaca; segundo ele, Maria Eugênia sucumbira aos desígnios do diabo, que se aproveitou de sua "fragilidade humana".

Mas se na definição do Vigário sobre a feitiçaria de Maria Eugênia está implicada uma remissão à origem transcendental dos saberes que fundam sua prática, o ser social dessa mesma prática é colocado como ameaça "política" às formas do poder dominante; desrespeitava o espaço da repressão (a cadeia, transformada em lugar de reprodução dessa mesma prática que ali deveria ser anulada); postulava um poder superior ao do próprio Capitão General, capaz de impor-lhe desejos, decisões, comportamentos - e, não último em importância, transbordava os limites da ação individual, ganhando uma dimensão social de que "o preto forro Mancel" era apenas o elo mais aparente. Este último aspecto é raro nos registros setecentistas de "feitiçarias". A regra é tais práticas serem apresentadas como atos isolados, individuais. Mas vários indícios contradizem esse isolamento, a começar pelas próprias denúncias, muitas vezes feitas por quem participou dessas práticas. Além disso, a demanda social certamente existia e por vezes chegou mesmo a ser registrada, como é o caso daquele Domingos, o Muxiba, cujo dono não só sabia das atividades de seu escravo, mas inclusive "alugava" seus serviços. No caso de Maria Eugênia, suas práticas no interior da cadeia de Cuiabá pressupõem apoios e cumplicidades que talvez não se reduzissem ao Manuel da denúncia. Mas há, ainda, quanto a Maria Eugênia, um dado a mais: nos registros da Irmandade de N.S. do Rosário parece uma Maria Eugênia de Jesus, forra, analfabeta, falecida a 27 de maio de 1783. Homônima? É pouco provável. Examinando o livro manuscrito em que há esse registro, um código de 139 folhas, duplicadas pelo uso do verso e no qual ocorrem dois lançamentos de irmãos e irmãs em cada fôlho, não encontrei nem um caso a mais de pessoa com esse nome. Fica apenas a dúvida quanto à data de sua morte, que o cronista Costa Siqueira estabeleceu um ano antes, embora sem indicar mes e dia. Erro do cronista, ou de seus copistas? De qualquer forma, a hipótese de a Irmandade abrigar detentores de saberes oficialmente condenados não é infundada. A própria N. S. do Rosário era identificada por africanos com Ifá, deusa das contas. E sendo os membros da Irmandade majoritariamente negros, escravos e forros, é possível que o pertencer à Irmandade ganhasse conotações não limitadas à significação formal. Vislumbra-se, assim, a tessitura de redes sociais pouco percebidas, iluminadas por esses saberes condenados, reprimidos, exorcizados.

Estudos nessa direção estão apenas começando. São ainda parcelares, inconclusos. Mas por partirem do pressuposto de que as práticas dos "dominados" não são desprovidas de sentido "político" por não manifestarem formas políticas clássicas, admitem a possibilidade de "alternativas teóricas". E com isso ultrapassam os limites de um repertório empírico cristalizado por concepções mais consolidadas, que definem os "dominados" como puros "em si". Tal ultrapassamento permite a constituição de "novos fatos", o reconhecimento na história de um outro tipo de presença desses "dominados", não episódica ou convulsa, mas permanente, no dia-a-dia, quase imperceptível. por isso menos essencial à constituição da própria história.

HISTÓRIA DA VIDA COMO FONTE DE PESQUISA

Martha Arruda

- No seu livro "Encontro com o Tempo" o senhor escreve que ao andar pelos rios da Amazônia sentia-se segurado pelos olhos dos índios atrás das matas, e que era grande a sua vontade de dialogar com eles.

- E eu sentia mesmo. Andava-se, naquele tempo, sobre a impressão de muitas façanhas que os índios estavam praticando nas selvas da Amazônia, inclusive o desaparecimento de um oficial (...). Nutria a impressão de que eles podiam ver que quem estava ali era o "tuchuaua" da região. E como "tuchuaua" tive ímpeto de descer da lancha e abordar todos aqueles índios em forma, torná-los disciplinados e obrigá-los a cantar o "Hino Nacional".

Este diálogo entre a pesquisadora do Núcleo de Documentação - Martha Arruda - e o marechal Justino Alves Bastos, faz parte de uma das entrevistas do Acervo Foto-Fonográfico, que até o momento soma 106 depoimentos de pessoas que são testemunhas da História. Cada qual fala da sua experiência, sua visão do mundo e as suas perspectivas em face da realidade histórica vivida.

O principal objetivo deste projeto é reconstituir e criar fontes alternativas de História necessárias ao entendimento da sociedade e dos recentes rumos, como referências básicas para as atividades de documentação e pesquisa.

Dentro da perspectiva histórica mato-grossense foi dada prioridade às pessoas que participaram de momentos relevantes nos segmentos políticos e sociais, recolhendo ao vivo informações diretas, sem o intermédio de interpretações. Apenas buscamos reconstituir episódios e impressões sobre os fatos, que poderão servir de pista para a recuperação histórica e antropológica do universo social dos entrevistados.

Na área de Usinas de Açúcar, foram ouvidos alguns "coronéis", ex-donos de usinas do Rio Abaixo, na meta de reconstituir esta etapa em que a sociedade e o governo de Mato Grosso constituíam a expressão da Casa-Grande. No entanto, pudemos também escutar as vozes da Senzala, através de ex-escravos das mesmas usinas.

Reproduzimos aqui trechos dessas entrevistas:

NDIHR - De manhã, como era o café dos trabalhadores?

- Coronel: - "... respondiam a chamada, isso em todas as usinas, como o guaranazinho deles, que era uma dose de aguardente".

- NDHIR: - Como era natural a vida nas usinas?

- Trabalhador: - (...) bem cedo, no sábado, a senhora podia ir lá e olhar, que achava de seis, sete, dez no tronco. E esses pra vim de lá, vinham na maior judiação. E os carrapatos e percevejos? Aquele chão era fofo desses bichos. Eles chupavam aqueles pobres a noite inteira. Deitava aquele inquilino ali e amanhecia ali. Quando amanhecia, ia olhá a cacunda deles e tava tudo preto. Se era branco, ficava preto, de tanto carrapato e percevejo chupá. Se eu for contar, o negócio val longe ...".

As entrevistas temáticas incluem depoimentos de velhos jornalistas, os quais deixaram gravadas informações de grande importância e significado para a História da Imprensa de Mato Grosso. Por exemplo:

- Gostaria que o senhor falasse sobre os absurdos verificados aqui durante o Estado Novo.

- Os absurdos? O governador Mário Correa da Costa tinha mandado a polícia cercar a casa do Alcebiades Calhão, que tinha uma tipografia na rua Ricardo Franco, cujo jornal tinha apresentado uns artigos contra o Governo. Eu era muito amigo do Presidente, então fui ao Palácio Alencastro, onde funcionava o Governo do Estado, e disse: "Olha, eu vim aqui não como seu funcionário, mas

como Venerável da Maçonaria. Não lhe fica bem isso. Quero adverti-lo que reconsidere o seu ato e mande suspender imediatamente essa medida tomada. Sou seu amigo e exijo!" Ele chamou o chefe de seu gabinete e o mandou comigo à casa da vítima. Era o jornal "O Estado de Mato Grosso". Tudo terminou muito bem".

Na reconstituição da História do Poder Judiciário, é interessante a entrevista dada por um ex-Juiz da Comarca de Coxim.

- Como Promotor da Justiça, enfrentei júri de grandes criminosos, entre eles um tal de Roberto da Silva Maia que, em plena sessão, agrediu o Juiz com palavras desonrosas, ameaçando-o com o banco em que estava sentado. Então, o Juiz e o jurado, amedrontados, queriam correr. Quase foi dissolvido o Tribunal. Para os bandidos daquele tempo a única lei que se cumpria era a do 44, isto é, o Winchester. Fui Juiz de Coxim. Certa vez um desses homens apeou do cavalo e veio me perguntar quem era o Juiz dali. Disse: "Sou eu!" Ele disse-me: "Pois vim a acertar as contas com você! Na Justiça de Mato Grosso não se cumpre lei de Juiz, só a lei do 44!" Fiquei tão exaltado, que além de dizer-lhe uma série de barbaridades, rasguei a camisa e disse: "Pode atirar, que mata um juiz indefeso, mas que não tem medo de tanta covardia e de tanto banditismo!" Mas ele não teve coragem de atirar. O povo de Coxim ficou de tal modo amedrontado, que não sobrou uma viv'alma na cidade. Fiquei sozinho na cidade

O historiador Lécio Gomes de Souza, de Corumbá, pesquisador incansável da nossa História, disse o seguinte: "No que diz respeito à História de Mato Grosso e como acontece em todos os setores da História, há acontecimentos que ficaram numa situação não bem explícitas, talvez injustas para alguns participantes da História. Quero aqui fazer uma referência toda especial, por exemplo, com relação ao Governo de Antonio Paes de Barros, o "Totó Paes", tido como uma fera, um homem feroz, tudo por causa da propaganda política movida pelas hostes contrárias no tempo do caudilhismo mato-grossense, em que pontificou a figura de Generoso Ponce".

Mais adiante, vale ouvir um senhor de 104 anos, que foi homem do Ponce.

- O senhor lembra daquela briga entre o Generoso Ponce e o Totó Paes?

- Ora, pois eu tive na Revolução de 1906, tchê! O Ponce mandou a turma atrás dele. Mas não era pra fazer nada pra ele. Não batê nele, não matá ele. Ele fazia questão da gente trazê o homem vivo. Fomo lá. O nosso comandante era um mineiro, bruto de homem, cavanhaque comprido, bigode grande. Chegamo lá, eles fizeram fogo em cima de nós. Eles metendo bala. Pé ... pé ... pé ... E quando cessô o fogo deles, o comandante disse: "Vamos lá!" O Totó Paes estava caído, cum balaço na costela que varô aqui. Tava rolando no chão, sujo de terra, de fôia seca ... O comandante tinha mandado fazê descarga nesse mato ali. Fize mo uma descarga".

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT, através do Projeto Foto-Fonográfico procura estabelecer condições que permitam àqueles que se interessam pelo estudo e pesquisa da história regional, ter acesso não só a valiosos documentos mas um arquivo de registros foto-fonográficos, com base nas técnicas de gravações eletro-magnéticas, fotografias, slides, curtas e longas-metragens com narrações preciosas que, à luz da ciência, poderão conter fatos que mudem por completo os rumos pré-estabelecidos por historiadores consagrados que, por desconhecerem muitas verdades, acabaram por fazer o jogo da classe dominante.

NDIHR: O ACERVO DO PROJETO DOCUMENTOS IBÉRICOS

Ana Mesquita Martins de Paiva.

Em 1976 implantava-se, na UFMT, o NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) época em que se procedia à criação do curso de História e se fazia necessário a implantação de um laboratório que correspondesse à imediata associação entre a pesquisa e o ensino. Essa proposta de trabalho veio ao encontro às atividades que estavam sendo desenvolvidas, na Divisão de Documentação da Biblioteca Central, desde 1963, sob a coordenação da pesquisadora Maria Cecília Guerreiro de Souza, o que ocasionou a sua absorção pelo NDIHR através do Projeto "Documentos Ibéricos". Constituiu assim, como a base básica, para sua implantação, ou seja como sustentação dentre os trabalhos relevantes já realizados pela instituição. Contava com mais de 7.000 documentos microfilmados, reproduzidos a partir dos originais que se encontram nos arquivos ibéricos. Hoje, a microfiteca do Projeto "Documentos Ibéricos" abarca um número de aproximadamente 80.000 fotografias em microfílm e microfilm-chas que correspondem na sua totalidade ao período de Mato Grosso colonial, ou seja, século XVIII.

Dos arquivos pesquisados podemos ressaltar, e com alguns destaques, da documentação:

Arquivo Histórico Ultramarino - Deste arquivo foi executada uma microfilmagem em massa de toda documentação referente ao Centro-Oeste, as capitanias de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão.

Biblioteca da Ajuda - Deste arquivo destacamos os novos descobrimentos de minas de ouro; contrato de negros, 1787; vários documentos sobre demarcação de limites etc.

Torre do Tombo - Livro 2 de Chancelaria de D. João V, D. José I, D. Maria I, D. João IV etc.

"Relação do que se tem passado nas Fronteiras de Mato Grosso desde o Anno de 1759 até o princípio do anno de 1764 sendo Governador e Capitão General o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antonio Rolim de Moura". 1759/64.

Biblioteca Nacional - Divide-se esta coleção em códigos e manuscritos (Fundo Geral) e em livros (Coleção Pombalina) Ex.: Cod. 546 - Viagem de S. Paulo a Cuiabá feita pelo Conde de Azambuja. 1751 - Livro 612 - Correspondência sobre demarcação de Limites.

Biblioteca de Évora - Alguns códices de maior interesse: Consulta do Conselho Ultramarino sobre o Governo Temporal dos Índios - 1736.

Gabinete de Estudos Arqueológicos e Engenharia Militar - Deste arquivo foram microfilmados mapas do Brasil e de antigas possessões portuguesas etc. ...

Arquivo General de Índias - Sevilha - O acervo é constituído por maços de papéis "legajos" com a denominação de Audiência de Charcas, Audiência de Buenos Aires, de Quito, de Cuzco e de Lima.

Tribunal de Contas de Lisboa - Fundo Erário Régio: Documentos sobre diversos assuntos e referentes a outras capitanias.

Toda esta documentação vem passando por um processo de organização visando um melhor atendimento dos usuários da pesquisa e da informação. O método adotado é a execução de inventários e organização de fichários. Iniciou-se o trabalho de inventário pelos "Papéis Avulsos" sobre Mato Grosso, por ser documentação exclusivamente desta região e por eles não se encontrarem catalogadas no seu arquivo de origem.

Colocamos a disposição dos pesquisadores os seguintes instrumentos de pesquisa:

- 1. Inventários de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste AHU - Avulsos vol. I-II-III-IV-V.
- 2. "Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste" AHU - Códices 613 e 614.
- 3. "Inventário de Documentos Históricos sobre Mato Grosso e outros Estados" constando de documentos de diversos arquivos ibéricos.
- 4. Inventário de Documentos Históricos da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Além dos inventários temos um trabalho de compilação transcrição e indexação das correspondências do primeiro Capitão General D. Antonio Rolim de Moura em 4 volumes, sendo que os três primeiros já foram publicados. Em execução, as correspondências do segundo Capitão General João Pedro da Câmara.

Dessa forma concebemos o NDIHR como organismo de apoio à pesquisa local, imprescindível de ser visitado por pesquisadores cujos interesses estejam voltados para a realidade regional. Especificamente, o Projeto "Documentos Ibéricos" é formado de material inexistente em outros locais do Brasil e por isso merecedor de tratamento especial no tocante à divulgação do acervo que abarca, através da publicação dos Instrumentos de Pesquisas até hoje produzidos. Somente através do conhecimento do acervo existente no NDIHR este poderá se prestar a servir de local de apoio à pesquisa regional.

MATO GROSSO: NEGRO FORRO &

Conclusão da página 6

grossense permitiu o continuismo da mesma. Ai temos as manifestações folclóricas como boi-a-serra, siriri, cururu, dança de congo, os mascarados, a capoeira e outras. As festas do catolicismo rural e urbano, como a de São Benedito, N. Sra. do Rosário, do Divino, São João, Senhora Santana, festa de Santa Cruz e outras, e ainda no contexto da religiosidade, as irmandades de São Benedito e do Rosário e as construções das igrejas de alguns santos citados, bem como a igreja e devoção a N. Sra. da Boa Morte, e os cultos afros como a umbanda.

Considerando que só existem os três grupos: o branco, o amarelo e o negro, este último segmento teve sua participação efetiva no contexto sócio-cultural e política de Mato Grosso. Basta salientar que durante a ocorrência da Rusga, o elemento forro teve papel importante, ocupando alguns cargos na burocracia local, substituindo os portugueses.

A participação do elemento forro no contexto socio-cultural não foi algo conseguido sem que houvesse a presença do Estado, através de regulamentação. Em Mato Grosso, os códigos de posturas, documentos normativos, emanados das Câmaras Municipais, disciplinavam a conduta do forro. Algumas manifestações eram proibidas em determinadas localidades ou então na zona urbana. Somente as manifestações que fossem de interesse da classe dominante permaneceram sem nenhuma proibição, como por exemplo, as congadas animadoras de festas de São Benedito e do Rosário, festas estas incentivadas pelos senhores.

O elemento forro participante e/ou patrocinador de festas no contexto urbano da sociedade escravocrata permaneceu até quando o capitalismo incorporou ao dominador tais encargos.

Para a aceitação do negro forro na sociedade lhe foi dado o adjetivo discriminatório "mulato" como sinônimo de ascensão social do forro, o que não eliminou o preconceito ao mulato, e a sociedade escravocrata passou a fazer certas exigências para a absorção do mulato na ordem social.

MÁRIO CORREA NO FOGO CRUZADO DE "A REACÇÃO"

Conclusão da página 4

"Todo de branco e lampeiro
D'um chapeozinho palheta
Perambula sem dinheiro
O General malacaxeta".

Outro aspecto de singular importância eram as ligações da imprensa local com a imprensa nacional. Como as representações federais do Estado tinham como sede o Congresso no Rio de Janeiro, vez por outras os fatos da pauta Cuiabá ganham projecção nacional. O Diário Carioca estampou na primeira página notícia com o título:

- "MATTO GROSSO THEATRO DE HORROSAS SCENAS - Degradação a que chegou a cidade de Cuiabá".

Referia-se à prisão, espancamento do Cel. Carvalhinho, suposto responsável pela tragédia de Poxoreo, fato naquela cidade em que o destacamento policial havia sido assaltado, saqueado com várias mortes. Como o governo tivesse que punir seus autores e pairava dúvidas sobre a participação do Cel. Carvalhinho, foi o mesmo preso e submetido às maiores atrocidades. Toda imprensa local se pronunciou e a representação federal de Mato Grosso no Congresso fez violentas críticas à administração estadual.

E, à medida em que o mandato do Presidente do Estado ia chegando ao final, intensificavam-se novas acusações. O corpo redatorial de A REACÇÃO, composto além do ULYSSES CALHÃO, contava com De Angelis, Hermenegildo Galvão, José Maria Lopes e Dr. Alberto Novis.

A 5 de janeiro de 1929, imprimem no roda-pé da própria página de A REACÇÃO um outro título de jornal denominado "O MARTELLO". Órgão crítico, trazia uma legenda em latim onde expressava em sua forma de ação - RIDENDO CAS TIGAT MORES. Seu Diretor, Dr. Alberto Novis se denominava HANDAYA e redactor TUCANO, cuja identidade não foi possível revelar. Com apenas 1/4 de páginas em seu nº 1, poeticamente se apresenta:

"Sou um órgão impagabilérrimo
Filhote desta intrépitada "A Reacção"
Disposto a dar combate accérrimo
À tyrania e a humilhação".

Toda ira de S. Exa., entretanto, se manifestou ao tomar conhecimento do artigo intitulado "CANALHA", dis

tribuído em forma de panfletos, cuja teor não foi possível localizar. Usando de suas prerrogativas de chefe de governo, mandou invadir o jornal, prender seus redatores e funcionários. Foram conduzidos ao 19 Esquadrão da Cavalaria José de Angelis, João Benedicto Barreto e Antônio Caetano Fontes Costa e Silva, que "... após serem sequestrados foram encaminhados à residência do Sr. Presidente e, aí, na sua sala de visitas, maltratados com ofensivas e grosseiras palavras, sendo nessa ocasião esbofeteados o nosso amigo Antônio Caetano pelo ordenança de S.Exa."

Enquanto isso, a redação do jornal era assaltada pelo Delegado de Polícia Theodorico Correa com um forte contingente de praças para prender ULYSSES CALHÃO. ULYSSES resistiu e o Delegado pediu-lhe cópia do artigo, ao que respondeu que só o entregaria à Justiça e sua liberdade tinha que ser respeitada. Mas o Delegado irritado mandou que seus praças o agarrassem pelo braço sob o pretexto de que teria que ir "... DE QUALQUER GEITO". Opondo nova resistência, familiares e amigos que se encontravam armados postaram-se ao lado do possível prisioneiro quando chegou o Dr. EDMUNDO LUDOLF, Juiz Federal da Capital. O Dr. LUDOLF fora chamado pelos amigos alarmados com a tamanha arbitrariedade do ato e considerando a ilegalidade da invasão em domicílio determinou a retirada do Delegado de Polícia. Este fato ocorreu a 16 de fevereiro de 1929, tendo prosseguido entretanto a publicação do jornal até 21 de março de 1930, data da posse do novo Presidente do Estado, Dr. Aníbal de Toledo.

Em sua última edição, com vários artigos de políticos da maior expressão, como o Advogado RIES COELHO, Dr. ALBERTO NOVIS, Notas do jornal "O MATTO GROSSO", do redactor ULYSSES CALHÃO, e o desagravo dos empregados do jornal, a sua reacção está sintetizada neste artigo por um parágrafo extraído do texto escrito pelo Sr. José de Angelis:

"O LEGADO DO EX-PRESIDENTE DO ESTADO AO SEU SUCESSOR É DOS PIORES, POIS DEIXA UMA DIVIDA FLUTUANTE QUE SE FAZ ASCENDER A CERCA DE 30 MIL CONTOS DE RÊIS; E O FUNCIONALISMO COM 6 MEZES DE ATRAZO DE SEUS VENCIMENTOS, OCASIONANDO AO COMERCIO GRANDES PREJUÍZOS QUE O FAZ DEBATER-SE NUMA CRISA ASPHIXIANTE".

Qualquer semelhança com outros governos posteriores não seria mera coincidência?

